



O DIÁLOGO ENTRE OS SABERES CIENTÍFICOS E POPULAR: da decolonização à práxis territorial

Caio Cezar Cunha¹
Ideni Terezinha Antonello²

Resumo: O pensamento decolonial desafia paradigmas e questiona o legado do colonialismo global. Neste artigo, são exploradas obras que investem no desenvolvimento deste debate, apoiado na interdisciplinaridade em prol de investigações sociais mais sensíveis que valorizem as vozes das pessoas. Portanto, a presente pesquisa de cunho epistemológico propõe abordagens que valorizam a ciência popular e a práxis territorial num percurso metodológico sustentado por teóricos que contribuíram para a construção de territorialidades inclusivas. As considerações que centralizaram esta reflexão apontam para um ponto essencial: o desafio de emergir para uma nova compreensão, superando a influência eurocêntrica enraizada, para atingir uma compreensão mais autêntica e contextualizada da realidade latino-americana.

Palavras-chave: Decolonial; práxis territorial; ciência modesta; territorialidade; eurocentrismo.

THE DIALOGUE BETWEEN SCIENTIFIC AND POPULAR KNOWLEDGE: from decolonization to territorial praxis

Abstract: Decolonial thought challenges paradigms and questions the legacy of global colonialism. This article explores works that invest in developing this debate, supported by interdisciplinarity, in favor of more sensitive social investigations that value the voices of the people. Therefore, this epistemological research proposes approaches that value popular science and territorial praxis in a methodological path supported by theorists who contributed to the construction of inclusive territorialities. The considerations that centered this reflection point to an essential aspect: the challenge of emerging towards a new understanding, overcoming the entrenched Eurocentric influence, to achieve a more authentic and contextualized comprehension of Latin American reality.

Keywords: Decolonial; territorial praxis; modest science; territoriality; eurocentrism.

Artigo recebido em: 13/09/2023 Aprovado em: 17/05/2024
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v28n1.2024.9>

¹ Estágio Pós-doutoral – Bolsista CAPES. Universidade Estadual de Londrina. E-mail: caiocezar.cunha@uel.br.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Pesquisadora CNPq - Bolsista PQ 2. Universidade Estadual de Londrina. E-mail: antonello@uel.br.

1 INTRODUÇÃO

O pensamento decolonial emergiu como um poderoso e provocador campo de estudo e reflexão, desafiando paradigmas estabelecidos e questionando a herança duradoura do colonialismo em todo o mundo. À medida que buscamos um caminho rumo a um futuro mais solidário, inclusivo, justo e equitativo, os estudos decoloniais ganham destaque como via fundamental para a compreensão das estruturas de poder, conhecimento e identidade que moldaram a história da América Latina e moldam o presente.

Neste artigo, exploraremos princípios e reflexões do pensamento decolonial em obras de autores latino-americanos, percorrendo campos sociológicos, filosóficos e geográficos de Fals Borda (1981, 1983), Mignolo (2005), Grosfoguel (2012), Lander (2005), Saquet (2019), entre outros, de modo a justificar a análise em benefício dos debates da gestão de políticas sociais com abordagem centrada na práxis territorial e na ciência popular. Para isso, apresentamos um diálogo que parte dos princípios reflexivos em torno da decolonização e toma forma com o objetivo de apontar a necessidade de realizar investigações sociais mais sensíveis, com potencial de capturar e distinguir as desigualdades mais efetivamente, valorizando e ouvindo as vozes das pessoas que edificam suas territorialidades. O percurso metodológico adotado possui cunho filosófico propositivo, com abordagens que valorizam a ciência modesta de Fals Borda e a práxis territorial, com princípios sustentados por teóricos que se aprofundaram nas concepções trabalhadas e que contribuíram para a construção de territorialidades inclusivas e sustentáveis.

O movimento de como percebemos a história, cultura, política e, acima de tudo, como nos posicionamos diante dos desafios impostos pelas estruturas apresenta um reflexo da forma como construímos os territórios e, conseqüentemente, as identidades. É nesse sentido que partiremos dos pressupostos teóricos das reflexões decoloniais para propor novas abordagens centradas na valorização de uma ciência modesta, como inspirava o sociólogo colombiano Orlando Fals Borda (1981, 1983), que desafia os moldes academicistas herdados da subordinação em relação à cultura europeia, propondo não só novas formas teóricas de construirmos pesquisas mais identitárias ao cenário latino-americano, mas também de operacionalizá-las por meio de uma práxis territorial que amplia as perspectivas e contribui para a construção de territorialidades mais inclusivas, solidárias, sustentáveis e análogas ao contexto cultural em que vivemos.

2 O CAMINHAR TEÓRICO-METODOLÓGICO NA SUPERAÇÃO DO "CONHECIMENTO SUBALTERNO"

A subordinação da cultura europeia foi convertendo e induzindo os países colonizados aos seus padrões de produção de conhecimento e consumo, estabelecendo, assim, uma relação falsa de isonomia entre colonizados e colonizadores com um único objetivo: tornar o modelo europeu uma aspiração. Esse processo não só serviu para converter o inconsciente dos colonizados a sentirem-se iguais e pertencentes a essa cultura, mas, também, para consumir e estabelecer um controle, direcionando as ações dos colonizados dentro dos objetivos europeus, que se mantinham em conquistar a natureza em prol do “desenvolvimento”. A cultura europeia transformou-se num modelo universal e se enraíza no imaginário das culturas colonizadas, causando naturalização nos processos econômicos, políticos e científicos em moldes completamente “exportados”. A influência europeia permeia intrinsecamente o pensamento colonizado que, dificilmente, consegue vislumbrar formas que não reproduza o que foi entranhado na estrutura da sociedade.

A visibilidade da diferença colonial, no mundo moderno, começou a ser percebida com os movimentos de descolonização (ou independência) desde os fins do século XVIII até a segunda metade do século XX (MIGNOLO, 2005, p. 34). O intuito destes movimentos de independência foi buscar respostas da diferença colonial e a colonialidade do poder – duplicidade de consciência – que o processo de colonização cria imaterialmente. Mignolo destaca que:

[...] o imaginário do mundo moderno/colonial surgiu da complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado, que suprimiram outras memórias, e de histórias que se contaram e se contam levando-se em conta a duplicidade de consciência que a consciência colonial gera (MIGNOLO, 2005, p. 35-36).

Segundo o autor, essa dupla consciência é a consequência da colonialidade do poder e a manifestação de subjetividades forjadas na diferença colonial, ou seja, “[...] a consciência vivida na diferença colonial é dupla porque é subalterna. A subalternidade colonial gera a diversidade de consciências duplas” (DU BOIS, 1970, *apud* MIGNOLO, 2005, p. 36).

A dupla consciência trabalhada por Mignolo (2005) pode ser caracterizada como aspirações dos subalternos em busca de “emancipação”, conquistando um lugar para si nos impérios, ou ao mundo capitalista globalizado, como se comprova com as migrações de grandes massas aos Estados Unidos e Europa.

É a partir do cenário destes movimentos de decolonização que se pretende trabalhar a valorização do conhecimento “subalterno”. Mas, para isso, é necessária a apropriação de uma perspectiva de estudo intercultural para valorizar outros aspectos culturais em contexto de

complementariedade, possibilitando a construção e conexão de diálogos. Pensar o desafio de trabalhar em contexto intercultural auxilia a imaginar a construção de uma visão multidimensional e interdisciplinar. Para complementar esse delineamento, José Marin afirma que:

Assumir a interculturalidade como perspectiva possibilita-nos o reconhecimento e a valorização de outros sistemas culturais, para além de toda a hierarquização, em um contexto de complementariedade que possibilita a construção de um diálogo. Este, por sua vez, permite a partilha de conhecimentos, para além de toda a falsa oposição entre o moderno e o tradicional, a cultura escrita e a cultura oral, a racionalidade e a dimensão afetiva (MARIN, 2009, p. 128).

A valorização de outros sistemas culturais será possível por meio do desenvolvimento dos estudos decoloniais que desmembram em outras dimensões conceituais propostas por autores preocupados em superar o conhecimento “subalterno”. Podemos elencar os principais conceitos, a saber: colonialidade do saber e colonialidade do ser.

A colonialidade do saber foi tratada por Edgardo Lander (2005) e é representada pelo caráter eurocêntrico do pensar moderno e suas articulações com as formas de dominação colonial. Este conceito está vinculado diretamente ao controle do conhecimento em que o eurocentrismo funciona como o centro epistêmico, no qual o modelo/padrão do conhecimento é construído nos moldes da experiência local europeia em modelo normativo, caracterizado como único válido. Assim, defende Grosfoguel:

Lamentavelmente, ainda, a maioria dos intelectuais do Norte não se propuseram a uma virada pós-colonial em seus pensamentos. Isso faz com que o uso da palavra “diálogo” seja quase nulo. [...]. Os intelectuais eurocêntricos do Norte Global seguem se relacionando com o Sul como os missionários católicos do século XVI. Seguem pregando suas teorias para serem aplicadas sem mediação com realidades muito distintas daquelas onde ditas teorias foram produzidas (GROSFOGUEL, 2012, p. 338).

A colonialidade do ser é apresentada por Maldonado-Torres (2007) e trabalha a modernidade como uma conquista permanente sobre o “ser” do outro. O autor se utiliza da colonialidade do saber para explicar que é a partir do saber do conhecimento moderno que se produz a qualificação do outro. É por trás do enunciado “penso, logo existo” que se oculta a validação do pensamento que outorga sua existência, ou seja, se o modo de pensar não se encaixa nos moldes apresentados, ele não existe. É desta forma que o não pensar dentro dos padrões modernos “instituídos” traduzirá o não ser e, por sua vez, validará a justificativa para a exploração e dominação. Nesse sentido, Fals Borda alerta para a visão de mundo e a prática dos pesquisadores ao defender:

Quizá de estos empeños resulte no sólo una ciencia social más respetable, firme y propia nuestra, con una más clara definición de la crisis latinoamericana, sino también una política eficaz de cambio que lleve a una sociedad superior a la existente. Tal es la responsabilidad de los hombres de ciencia, y tal el engagement que adquirimos ante el mundo y ante la historia (FALS BORDA, 2015, p. 252).

Com o intuito de compreender a pluralidade dos sistemas culturais na América Latina, há alguns anos as buscas por formas alternativas do conhecer vêm sendo construídas, com a ênfase no questionamento do caráter colonial dos saberes sociais sobre o próprio continente. Lander (2005, p. 15) elenca alguns pontos que caracterizam esse novo paradigma:

- a) As concepções de comunidade, participação e saber popular como formas de constituição e, ao mesmo tempo, produto de uma episteme de relação;
- b) A ideia de libertação por meio da práxis, que pressupõe a mobilização da consciência, e um sentido crítico que conduz à desnaturalização das formas canônicas de aprender-construir-ser no mundo;
- c) A redefinição do papel do pesquisador social, o reconhecimento do Outro como Si Mesmo e, portanto, a do sujeito-objeto da investigação como ator social e construtor do conhecimento;
- d) O caráter histórico, indeterminado, indefinido, inacabado e relativo do conhecimento.
- e) A multiplicidade de vozes, de mundos, de vida, a pluralidade epistêmica;
- f) A perspectiva da dependência, e logo, a da resistência;
- g) A tensão entre minorias e majorias e os modos alternativos de fazer-conhecer;
- h) A revisão de métodos, as contribuições e as transformações concebidas.

Notamos, nas características elencadas, um novo padrão que pode se elevar ao considerar as concepções de comunidade e de práticas a partir do conhecimento popular, *práxis* e desconstrução das formas canônicas impostas e naturalizadas. Percebe-se, a partir disso, que a forma do conhecimento “moderno” universalizado pelo mundo europeu não atende às particularidades dos territórios “colonizados”, conforme expõe Dussel (2014, p. 214 [1973]), pois “[...] serve para manter os oprimidos silenciados e acríticos”. Através de formas cartesianas de interpretação, análise dos fenômenos sempre de “cima para baixo”, produção e elaboração de normas e regras que mantêm favorecidos os grupos dominantes. Nesse ponto de vista, Fals Borda argumenta que:

[...] os cientistas do sistema preferem lidar com objetos, dados e fatos congruentes com os objetivos do sistema capitalista, suprimindo ou eliminando outros objetivos, que, se se tornassem relevantes, ou mesmo se fossem repensados, mostrariam alternativas contraditórias, inconsistências e fraquezas inerentes ao sistema (FALS BORDA, 1981, p.44).

É neste viés que ressaltamos a ciência emergente definida por Fals Borda (1981), emergente porque parte da validação do que está “abaixo” e geralmente ocorre fora das instituições acadêmicas e governamentais. O conhecimento emergente, subversivo ou subalterno, segundo a denominação de autores já mencionados, como Mignolo (2005) e Grosfoguel (2012), corresponde ao

como se não tivesse o direito de articular-se e expressar-se com seus próprios termos. Mas este conhecimento popular também possui sua própria racionalidade e sua própria estrutura de causalidade, isto é, pode-se demonstrar que tem mérito e validade científica *per se* (FALS BORDA, 1981, p. 45).

O folclore, o senso comum ou o saber fundado culturalmente permanecem fora da estrutura científica das cátedras acadêmicas – que são formadas por minorias intelectuais, muitas vezes do sistema dominante – por representar um descumprimento de suas leis. Um exemplo que demonstra isso são as diversas profissões denominadas informais, como parteiras, curandeiros, raizeiros e benzedeiros.

Os elementos que Fals Borda (1981), Mignolo (2005), Grosfoguel (2012), Lander (2005) e Saquet (2019) elencam para classificar os fundamentos do conhecimento popular e promover discussões podem, também, ser analisados nas obras de Sousa Santos (2007; 2009). Mesmo sendo de origem europeia possui contribuições relevantes ao debate, pois procura renovar as teorias tradicionais por meio de uma Epistemologia do Sul e, assim, percorre caminhos emancipadores. A Epistemologia do Sul de Souza Santos baseia-se na seguinte ideia central: não há justiça social global sem justiça cognitiva central, ou seja, sem justiça entre conhecimentos. Nesse sentido, o autor destaca a importância de percorrer caminhos para elaborar novas maneiras de relacionar conhecimentos e viabilizar um futuro concreto, de utopias realistas com direcionamentos de uma sociologia mais ecológica por meio da proposição da ecologia dos saberes.

Sobre a ecologia dos saberes, Sousa Santos descreve que

[...] não se trata de 'descredibilizar' as ciências nem de um fundamentalismo essencialista 'anti-ciência'; como cientistas sociais, não podemos fazer isso. O que vamos tentar fazer é um uso contra-hegemônico da ciência hegemônica. Ou seja, a possibilidade de que a ciência entre não como monocultura, mas que o saber científico possa dialogar com o saber laico, com o saber popular, com o saber dos indígenas, com o saber das populações urbanas marginais, com o saber camponês (SOUSA SANTOS, 2007, p. 33).

O saber ecológico leva em consideração e não invalida a ciência moderna, este saber defende uma integração saudável e ecológica entre a ciência popular – como já vimos em Fals Borda (1981) – e o conhecimento científico moderno, pois, ao interagirem, passam a caracterizar um modo mais sustentável de evolução e emancipação social, com a diversidade e respeito à natureza de um lado e os avanços técnicos de outro. Percebe-se o entrelaçamento entre a defesa da “ciência popular” e do “saber ecológico” ao se ter em mente que, para Fals Borda:

O saber popular integra o que se chama de 'ciência emergente' ou 'ciência subversiva' que parte do senso comum e é transmitido de geração para geração, esse conhecimento se faz presente entre a população que está na base da sociedade e é por meio dele que essas pessoas criam, trabalham e interpretam o mundo que vivem, cabe a ciência reconhecer esse saber vinculado ao espaço vivido (OLIVEIRA; ANTONELLO, 2022, p. 4).

Nesse sentido, Sousa Santos destaca que todos os conhecimentos possuem limites internos e externos. Segundo ele, “os internos dizem respeito aos limites das intervenções no real e os externos decorrem do reconhecimento de alternativas possíveis alcançadas por outros conhecimentos” (SOUSA SANTOS, 2009, p. 28). Nesse seguimento, entendemos que o conhecimento hegemônico se utiliza apenas dos limites internos, caracterizando um modo fechado e objetivo de produzir saberes. Por isso, o modo contra hegemônico se esforça para desconstruir esta prática por meio da ecologia de saberes que, como visto, tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, reconhecendo a existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do modelo único científico, da monocultura do saber e do rigor científico.

Considera-se essencial identificar outros saberes e outros critérios de rigor que forneçam credibilidade ao saber não-científico. Nesta via, é reconhecido que não há ignorância em geral nem saber em geral. Essa noção parcial incita ao aprofundamento na sociologia das ausências que Boaventura elabora, com o objetivo de transformar as ausências em presenças. A produção das ausências “[...] resulta na subtração do mundo e na contração do presente e, portanto, no desperdício da experiência” (SOUSA SANTOS, 2007, p.104). A experiência, neste âmbito, é o fator que valida as práticas e as liberta das relações hegemônicas, por isso, tornam-se presentes ao representar um modo paralelo para torná-las eficientes. Nas palavras do autor:

Deste princípio de incompletude de todos os saberes decorre a possibilidade de diálogo e de disputa epistemológica entre os diferentes saberes. O que cada saber contribui para esse diálogo é o modo como orienta uma dada prática na superação de uma certa ignorância. O confronto e o diálogo entre os saberes é um confronto e diálogo entre diferentes processos através dos quais práticas diferentemente ignorantes se transforma em práticas diferentemente sábias (SOUSA SANTOS, 2007, p. 16).

O objetivo da sociologia das ausências é revelar a diversidade das práticas sociais e credibilizar a ecologia dos saberes em contraposição às práticas exclusivamente hegemônicas. Para concluir, Boaventura Sousa Santos destaca que “[...] o exercício da sociologia das ausências é contra-factual e tem um lugar através de uma confrontação com o senso comum científico tradicional” (2007, p. 20). Nessa perspectiva analítica, Saquet defende que: “Os distintos saberes coexistem e são fundamentais, em sua unidade, para identificar, apreender, compreender, explicar e representar os tempos e os territórios” (SAQUET, 2019, p. 93). Isto significa que é através da utilização das formas de ecologia do saber que se viabiliza a ressignificação das práticas sociais por concepções mais dialógicas, diversas e emancipadoras. Complementando a ideia, Saquet propõe que:

[...] a concepção precisa ser crítica e utópica, para construir espaços de esperança (MIGNOLO, 2003 [2000]) em favor da vida, a partir da diversidade dos sujeitos, das suas falas, histórias, experiências, temporalidades, territorialidades, memórias, técnicas, dos seus

valores, saberes, sabores, etc., sobretudo das pessoas negadas e oprimidas nos processos colonial, imperial e moderno (SAQUET, 2019, p. 93).

Para promover os espaços de esperança e práticas dialógicas, especialmente das pessoas mais afetadas pela exclusão, Sousa Santos (2007) apresenta a sociologia das emergências como um modo de investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas – que contém, como exemplo, as próprias técnicas de pesquisa-ação, cartografia social e técnicas mais práticas de pesquisa. Para isso, exemplifica-se a sua necessidade de existência por meio de uma reflexão simbólica com o tempo, comparando-a com a sociologia das ausências, ou seja, enquanto a dilatação do presente é obtida por meio da sociologia das ausências, a contração do futuro é obtida por meio da sociologia das emergências. Isto é, significar o futuro não como incerto, mas de possibilidades plurais e concretas. A percepção das duas ações mencionadas – do presente e futuro – fornece a compreensão de um futuro concreto, pois a ampliação do presente resulta em maiores possibilidades de consequências positivas no futuro.

Com isso, é considerado que a sociologia das ausências é exercida em relação às alternativas disponíveis no presente, enquanto a sociologia das emergências é produzida em relação às alternativas possíveis, ou seja, a antecipação diante de uma prática que está no horizonte de possibilidade a ser executada.

Alicerçado no pensamento e elucubrações teóricas-metodológicas dos autores debatidos anteriormente, notamos a presença de iniciativas emergentes focadas na construção e fortalecimento de pensamentos e epistemologias próprias. Essas iniciativas colocam em debate a discussão da produção do saber local e ancestral, e inclui suas bases filosóficas, subjetivas e identitárias. A partir desses pensamentos, pode-se visualizar um “projeto-outro” de elaboração não só na ciência, mas das pessoas, nas universidades e nas políticas públicas. Essa relação, segundo Catherine Walsh:

[...] implica asumir una perspectiva epistémica y sociocultural que dé cuenta de la unidad en la diversidad, la dualidad complementaria y la reciprocidad que apunta al rol fundamental del intercambio de saberes y la construcción colectiva del conocimiento como responsabilidad compartida (WALSH, 2007, p. 109).

Assumindo essa perspectiva, é objetivado na sequência a relação do debate da decolonialidade e conhecimento popular, representado por meio da participação popular para, assim, buscar metodologias mais dialógicas que materializem as concepções que nos propomos debater. No próximo tópico, avançamos nas reflexões das concepções que a ciência assume ao considerarmos os processos de decolonização na autonomia decisória por meio da participação popular, tendo como base as perspectivas teóricas reconstruídas em moldes autênticos, pois, no momento que passam a

ser operacionalizadas, cria-se a possibilidade de promoverem a concretização legítima da práxis territorial.

3 DA INSTRUMENTALIZAÇÃO PARA UMA PRÁXIS TERRITORIAL

Identifica-se a necessidade de decolonizar os comportamentos científicos para vislumbrar novas perspectivas. É possível constatar que a ciência é um processo constante que atua em diversos níveis e que se expressa por meio de grupos de pessoas que pertencem a diferentes classes sociais. Esta ciência, portanto, “[...] pode acrescentar e subtrair dados e objetos, enfatizar determinados aspectos e negligenciar outros; pode atribuir maior importância a determinados fatores e finalmente, construir e destruir paradigmas verificáveis de conhecimento” (FALS BORDA, 1981, p.45). Ou seja, a ciência, em determinadas conjunturas históricas, teve as suas articulações relacionadas aos interesses de classes sociais que estavam introduzidas na luta pelo poder social, político ou econômico. Dessa forma, é possível reconhecer o instrumento científico criado para defender o interesse da elite dominante e, por conseguinte, a limitação do crescimento de outras construções científicas, aquelas que dizem respeito aos que se encontram na base da sociedade.

Nesse sentido, são necessárias as reflexões para realizar pesquisas de modo mais dialógico e participativo que promovam um novo olhar sobre o modelo de investigação. É importante mencionar que esse modelo não exclui o conhecimento e os avanços tecnológicos que a metodologia tradicional de investigação conquistou no curso da história contemporânea. Nas palavras de Fals Borda:

[...] pelo contrário, pode-se antecipar que as descobertas tecnológicas realizadas pelos cientistas burgueses podem ser benéficas para as classes proletárias e ajuda-las a fortalecer o seu poder, uma vez este alcançado através da ação política. Portanto, é imperativo destruir o anterior para se empenhar numa reconstrução de acordo com novos planos científicos revolucionários (FALS BORDA, 1981, p. 47).

É necessário destruir o ideal burguês embutido nas práticas políticas e não os mecanismos de realizar a gestão. Além disso, é preciso aprimorar esses mecanismos para que se aproximem da realidade das pessoas por meio da participação e autonomia. “A participação precisa ocorrer, portanto, no movimento de interação social e social-territorial, na interpretação da realidade visando a sua transformação também participativa” (SAQUET, 2019, p. 96). Desse modo, será possível alcançar o conteúdo popular e contra- hegemônico, com a intenção de aproximar os diálogos de fora e dentro da universidade, bem como aperfeiçoar as formas de comunicação e ação nos contextos estudados. Nessa lógica, Fals Borda conclui:

El rompimiento de la díada investigador/investigado para quebrar la asimetría y horizontalizar la relación no significa el predominio intelectual de uno u otro polo, sino la posibilidad respetuosa de los aportes mutuamente fructuosos por evidencias y hechos confrontables: los pueblos comunes no siempre tienen la razón, como tampoco los llamados 'doctores'. Al recibir y considerar sin prejuicios la sabiduría popular y el sentido común, el conocimiento académico interdisciplinario puede propiciar críticamente una comprensión holística o más completa de la realidad, y así enriquecer y simplificar formas y estilos de la comunicación con las comunidades estudiadas (FALS BORDA, 2015, p. 329).

O estudo voltado para a práxis territorial transporta um significado de união da “[...] teoria-prática, empiria-dedução, pensar-fazer, juntamente com a politização, no nível da consciência e da vida cotidiana feita de ações e reações, concretude e abstrações” (SAQUET, 2019, p. 97). A práxis territorial é ação, é conhecer a sabedoria popular para promover uma reação que seja política e, deste modo, mudar a sociedade de modo reflexivo.

A ação do investigador precisa estar em sintonia com as necessidades da população e, para isso, é preciso proximidade. A compreensão das verdadeiras necessidades encurta e facilita os caminhos para realizar ações específicas dentro do contexto de cada grupo:

É preciso, pois, aproximar-se das bases da sociedade não apenas com o objetivo de entender sua própria versão de sua ciência prática e expressão cultural, mas também para procurar formas de incorporá-las às necessidades coletivas mais gerais, sem ocasionar a perda de sua identidade e seu teor específico (FALS BORDA, 1981, p. 47).

A prática de incorporá-las deve ser papel do investigador, pois o trabalho de sistematização e integração dos saberes a favor da classe popular assume relevância no papel analítico e transformador dos contextos que possuem especificidades e demanda mais heterogêneas.

Essas reflexões necessitam de princípios metodológicos aplicáveis para possibilitar subsídios à instrumentalização, concepções direcionadas inspiram e fornecem base para o processo de elaboração e execução de pesquisas que utilizam abordagens dialógicas e de construção conjunta com a população acolhida. Podemos considerar como base a esse direcionamento os seis princípios metodológicos propostos por Fals Borda (1981, p. 49). A saber: 1. Autenticidade e compromisso; 2. Antidogmatismo; 3. Restituição sistemática; 4. Feedback para os intelectuais orgânicos; 5. Ritmo e equilíbrio de ação-reflexão; 6. Ciência modesta e técnicas dialogais.

Sobre “Autenticidade e compromisso”, o autor expõe a necessidade de demonstrar honestamente seu compromisso com a causa a ser trabalhada, sem que seja preciso se vestir de outra origem – como camponês ou operário – para alcançar seus objetivos. A autenticidade e o compromisso podem ser reconhecidos por meio da contribuição específica de sua própria prática e objetivos colocados para a população. Mesmo assim, Fals Borda (1981) ressalta que a abertura e intervenção científica e política na sociedade foi quase sempre desperdiçada por intelectuais compromissados, pois

eles aplicavam suas ideias cheias de conteúdos preestabelecidos ou princípios ideológicos. É neste sentido que propõe o segundo princípio metodológico: o “Antidogmatismo”.

O autor destaca que a experiência real ensina que não é conveniente aplicar, em campo, ideias preestabelecidas. Este é um comportamento dogmático da pior espécie e se complementa com a ideia de Karl Marx: “Sabe-se que o dogmatismo é, por definição, um inimigo do método científico; pode também tornar-se um obstáculo para o avanço na luta popular” (MARX, 1985, p.116).

A crítica ao antidogmatismo se refere ao colonialismo intelectual constatada em todos os âmbitos ideológicos de investigação com a incessante tendência de copiar teses e autores de países colonizadores sem considerar as próprias singularidades culturais. Nesse sentido, Fals Borda situa:

Mas não significa necessariamente que o pesquisador deveria agir contra sua própria organização ou ir contra seus líderes. Pelo contrário, tem sido amplamente reconhecido o papel de mediação dessas organizações políticas entre a teoria e a prática, desde Luckács. Contudo, saber se o trabalho de intelectuais compromissados com grupos de base está ou não politicamente amparado e é cientificamente útil depende da capacidade da própria organização política em os assimilar e respeitá-los, conferindo a todos a autonomia que lhes cabe (FALS BORDA, 1981, p. 50).

Por esse motivo, o princípio metodológico empregado se torna suscetível à abordagem que o “intelectual engajado” aplica em sua investigação, pois pode estar formando, ao invés de uma ciência COM o povo, uma ciência PARA o povo. Nesse sentido, continua a reprodução de como a ciência sempre foi concebida nos círculos das classes dominantes e transmitida ao modo paternalista tradicional.

No terceiro princípio, “Restituição sistemática”, Fals Borda (1981) adverte que os pesquisadores participantes precisam partir da noção de que a cultura (ou a tradição) do camponês ou do operário (na atualidade podemos ampliar para os excluídos ou marginalizados no espaço urbano e rural) não é conservadora como frequentemente se supõe, mas é de fato realista e dinâmica como na prática. Isso explica tantas revoltas camponesas que ocorreram na história mundial.

A restituição diz respeito ao enriquecimento do conhecimento popular com objetivo de elevá-los a novos níveis de conhecimento e à apropriação de ideais políticos. Com isso, seu senso comum passa a se tornar mais sensível às mudanças na sociedade e aos tipos necessários de ação, provocando maior participação das bases populares que antes estavam caladas ou reprimidas, pois “[...]o saber popular es valioso y necesario como fundamento de la acción social” (FALS BORDA, 1978, p. 82). Esse retorno da cultura à população não pode ser feito de qualquer modo, deve ser sistemático e organizado. É por isso que essa técnica desalienadora, que forma um novo conhecimento ao nível popular, é denominada “restituição sistemática”, o que se pode cristalizar em um “[...] conocimiento conjunto que pueda servir para la transformación de sus condiciones de vida, lo que ya Fals Borda

denominaba devolución sistemática del conocimiento” (BENAVIDES, 2018, p. 94). Por isso, o questionamento de Fals Borda (1978, p. 75): “Cómo conocer la realidad para transformarla por la praxis”. Para perseguir, atingir e superar esse problema, o autor defendia que “restituição sistemática” deve ser elaborada por meio de quatro regras específicas, sistematizadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Quatro regras para a técnica de restituição sistemática.

1. Comunicação diferencial	2.Simplicidade de comunicação	3.Autoinvestigação e controle	4.Popularização técnica
Restituir os materiais históricos (e outros) de forma adequada e adaptados de acordo com o nível de desenvolvimento político e educacional dos grupos de base que forneceram a informação, ou com quem o estudo foi realizado. Não deveriam ser devolvidos adaptados apenas ao nível político dos núcleos de liderança que, via de regra, são mais avançados. Por essa razão, os estudos desenvolvidos são publicados primeiramente aos grupos populares, por meio de didática apropriada, e, por último, aos intelectuais envolvidos.	Determina que os resultados dos estudos sejam expressos numa linguagem acessível a todos. Isto exige um novo estilo de apresentação dos Materiais científicos e pode levar a alguma experimentação na divulgação de resultados de pesquisa a um público mais amplo (Fals Borda, 1979.)	Refere-se ao controle da investigação pelos movimentos ou grupos de base e o estímulo à autoinvestigação. Nessas circunstâncias, nenhum intelectual ou pesquisador pode determinar sozinho o que deve ser investigado, mas deve chegar a uma decisão após consultar as bases ou grupos populares interessados. Levam-se em consideração as prioridades e necessidades dos movimentos ou lutas populares e não somente as necessidades dos pesquisadores.	Reconhecer a generalidade das técnicas de pesquisa mais simples e torná-las acessíveis a esses grupos. Desse modo, cursos de metodologia de pesquisa corrente são ministrados aos núcleos de liderança mais avançados, de modo a capacitá-los a romper com sua dependência frente aos intelectuais e a realizar facilmente sua própria pesquisa

Fonte: FALS BORDA, (1981, p. 51-52) (elaborado pelos autores).

No quarto princípio metodológico, “Feedback para os intelectuais orgânicos”, a atenção se volta para a condução de implicações práticas do conceito de Gramsci (1968), no qual se destaca a ideia de que os grupos subalternos só poderão mudar sua situação se criarem seus próprios intelectuais. Esses, ao promoverem a homogeneidade e consciência às classes dominadas, possibilitam a construção de uma nova hegemonia civil e política.

Os intelectuais compromissados com a luta popular em diversos países tem tentado formar grupos de consulta ad hoc, constituídos de camponeses idôneos, trabalhadores e índios com vasta experiência, com a finalidade de suplantarem os grupos de consulta formados por acadêmicos e professores (a elite dominante) (FALS BORDA, 1978, p. 98).

Essa troca entre pesquisadores e grupos de base, por meio das práticas participativas, além de ser enriquecedora, tem possibilitado uma contribuição decisiva para esses dois núcleos, no que diz respeito às aplicações das teorias em realidade e às consequências dessas aplicações – quando bem-sucedidas – na vida da própria população. Essas contribuições permeiam diversas áreas sobre a aplicabilidade em inúmeros contextos, sejam urbanos, desenvolvendo estratégias na luta pela habitação, saúde, educação (entre outras); ou rurais, com elementos especiais do meio rural, linguagem e técnicas para instrumentos agrícolas. Esse processo constata uma ciência própria desenvolvida e aprimorada por meio da práxis. Os agentes desse processo dialético, inclusive os grupos de base, podem ser considerados intelectuais orgânicos, visto que sua origem e desenvolvimento técnico são simultaneamente populares, folclóricos e científicos. Uma vez que a

[...] ideia de que o povo consegue produzir o próprio conhecimento é um dos pilares desta proposta, que segundo o Fals Borda não é uma simples coleção de técnicas, mas uma filosofia de vida do *sentipensante*, um conceito utilizado pelo autor para se referir aqueles que conseguem usar o coração e a cabeça, sem abdicar de nenhum; bem como aquele que consegue ter empatia pelo outro, não só simpatia, respeitando e admirando as diferenças (OLIVERIA; ANTONELLO, 2022, p. 7).

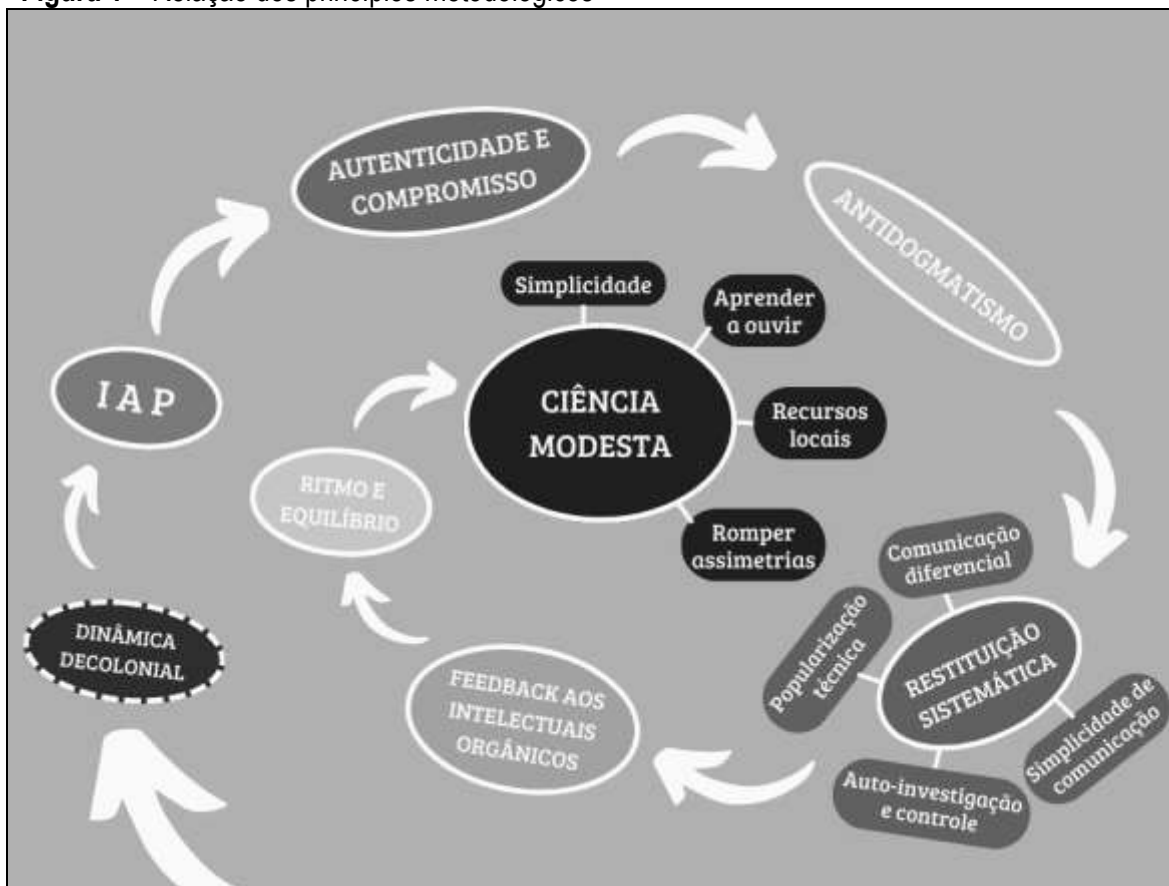
O quinto princípio e uma das principais responsabilidades dos pesquisadores (intelectuais orgânicos) é denominado, por Fals Borda (1981), de “Ritmo e equilíbrio de ação-reflexão”. É essencial, ao pesquisador, “[...] articular o conhecimento concreto com o conhecimento geral, o regional com o nacional e a formação social com o modo de produção e vice-versa, observar no campo as articulações concretas dos princípios, diretrizes e tarefas” (FALS BORDA, 1981, p. 53). Para isso, o autor expõe que a eficácia dessa articulação se deve à adoção:

[...] do ritmo específico no tempo e no espaço, que vai da ação à reflexão e da reflexão à ação em um nível de prática. Contudo, este procedimento reconhece a importância de se manter uma sincronização permanente de reflexão e ação no trabalho de campo, como um ato de permanente equilíbrio intelectual (FALS BORDA, 1981, p. 53).

Nesse sentido, o pesquisador necessita transmitir o conhecimento de modo que percorra todos os níveis de compreensão, do mais simples ao mais complexo, do conhecido ao desconhecido, juntamente com as bases sociais. O conhecimento absorvido é recebido num primeiro nível e processado de modo que sua reflexão seja conjunta e alcance um nível mais geral e legítimo.

O sexto e último princípio proposto por Fals Borda (1981) é a “Ciência modesta e técnicas dialogais”, que pode ser compreendido em sua dinâmica e totalidade por meio da síntese do fluxograma da Figura 1.

Figura 1 – Relação dos princípios metodológicos



Fonte: Fals Borda (1981) (elaborado pelos autores).

Desse modo, o autor reforça que a “ciência modesta” e as técnicas dialogais ou de pesquisa participante são elementos indispensáveis para o esforço que procura estimular a ciência popular e promover essa sabedoria e cultura, ampliando o conhecimento de práxis até um nível mais geral. Por conseguinte, podemos afirmar que esse é o objetivo da investigação-ação-participativa – técnica elaborada e disseminada pelo autor e seus precursores, e que respaldam as ciências emergentes e subversivas com intuito de fortalecer o conhecimento e a cultura das bases sociais.

4 CONCLUSÃO

A decolonização é um movimento que, trabalhando em moldes científicos, precisa de recursos consistentes para ter propriedade e base científica sólida. Por esse motivo, necessita manifestar-se por autores locais, em pesquisas subversivas, focadas em contextos que carecem de mudança e um domínio do “intelectual participante”, que se torna o responsável, caso seja necessário, em transpor o conhecimento popular em um material científico útil para o conhecimento de universidades e gestão das políticas públicas.

As pesquisas que se baseiam em princípios metodológicos que envolvem a participação popular possibilitam que as pessoas envolvidas sejam co-pesquisadoras, trazendo suas perspectivas, experiências e conhecimentos para o processo de investigação. Essa técnica respalda as ciências emergentes, que muitas vezes desafiam o *status quo* acadêmico e buscam uma compreensão mais profunda das realidades vividas pelas comunidades marginalizadas. Visa fortalecer, assim, o conhecimento e a cultura das bases sociais, motivando as pessoas para que possam influenciar positivamente as mudanças em suas próprias vidas e comunidades. Além disso, ao relacionar a necessidade de vinculação da pesquisa participante com a ciência modesta, reconhecemos a importância de compreender que o conhecimento não é exclusividade dos especialistas ou das elites acadêmicas, e que pode ser encontrado nas experiências cotidianas e nas perspectivas das pessoas que constroem suas territorialidades. Isso promove a ideia de que a sabedoria e a cultura popular são recursos significativos e que merecem ser valorizados e promovidos.

Por fim, as reflexões levantadas não se limitam a uma técnica ou proposta de construção metodológica, e nem têm como objetivo traçar um percurso pré-estabelecido para investigações que desejam construir concepções mais dialógicas e cooperadas de pesquisas, mas possuem a intenção de subsidiar, teoricamente, para qual direção as pesquisas latino-americanas podem seguir, tendo como base os autores e delineamentos apresentados. Os princípios para transitar do campo decolonial para uma pesquisa participante são apresentados de forma a contribuir e apoiar abordagens que orientam a produção de pesquisas mais fundamentadas nos contextos locais, promovendo maior inclusão e valorização das perspectivas e saberes populares.

REFERÊNCIAS

BENAVIDES, J.A.R. Como conocer la realidad para transformarla por la praxis: una aproximación a la construcción del conocimiento popular. **TraHs Números especiales: Buen vivir: balance y experiencias en los diez años de Constitución de Ecuador**, n. 3, 2018, p.86-99. Disponível em: <http://www.unilim.fr/trahs>. Acesso em: 10 out. 2023.

DU BOIS, W. E. B. (1904) **The Souls of the Black Folk** (Nova Iorque: Vintage Books). 1970.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005.

DUSSEL, Enrique. Para uma ética de la liberación latino-americana. México, siglo XXI editores, Ed, 2014 [1973]. **transformala. Simposio Internacional de Cartagena**, v. 1, p. 209-249, 1978.

FALS BORDA, Orlando. **Por la praxis: El problema de cómo investigar la realidad para transformarla**. (Texto extraído de “Introducción”). Bogotá: Federación para el Análisis de la realidad Colombiana, 1978, p. 76-113.

FALS BORDA, Orlando. **Investigacion participativa y praxis rural**: nuevos conceptos en educación y desarrollo comunal. Mosca azul editores, 1981.

FALS BORDA, O. **Conocimiento y poder popular**: Lecciones con campesinos de Nicaragua, México, Colombia. Bogotá: Punta de Lanza; Siglo xxi Editores. 1985.

FALS, BORDA, O. **Una sociología sentipensante para América Latina**. Antología y presentación, Víctor Manuel Moncayo. México: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

GROSGOUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas ruma a uma esquerda transmoderna descolonial. Dossiê Saberes Subalternos. Contemporânea, **Revista de Sociologia da UFSCar**, v.2, 2012.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires. CLACSO, 2005.

MARX, K. **A miséria da filosofia**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.

MARIN, José. Interculturalidade e descolonização do saber: relações entre saber local e saber universal, no contexto da globalização. **Visão Global**, Joaçaba, v. 12, 2009.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires. CLACSO, 2005.

OLIVEIRA, A. P. S.; ANTONELLO, I. T. A utopia de transformação socioterritorial pela luz que irradia da participação popular: abordagens latino-americanas planejamento urbano. **Anais...Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 19, Blumenau/SC, 2022, p. 1-22

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidade. **Revista Perú Indígena**. 13(29): 11-20, 1992 RJ: Vozes, 1999.

SAQUET, Marcos. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do sul**. CES, Coimbra, 2019.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Pela mão de Alice**: O social e o político na pós modernidade. Lisboa: Edições Afrontamento, 1999.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WALSH, Catherine, y "¿Son posibles unas ciencias sociales/ culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales." **Nómadas** (Col), no. 26 (2007):102 113. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105115241011> Acesso em: 25 ago. 2023.